

DO ENSINO POR ATIVIDADES REMOTAS COMO ALTERNATIVA PARA ENSINO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DA COVID 19: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Daniel Fernando Anderle

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento
Instituto Federal Catarinense - IFC
E-mail: daniel.anderle@ifc.edu.br

Manolo Silveiro Cachafeiro

Bacharel e Licenciado em História e Museologia
Prefeitura Municipal de Porto Alegre
E-mail: manolo@inovapoa.prefpoa.com.br

RESUMO:

A utilização da Educação a Distância - EaD como ferramenta de ensino, em especial na Educação Profissional Tecnológica - EPT é um dos modelos de ensino propostos para educação neste Século XXI, tanto como forma de ampliar o acesso à educação, quanto como consequência da inovação tecnológica e da necessidade de adaptação socioeconômica. Em meio a este processo, no ano de 2020 o Instituto Federal Catarinense – IFC se depara com a pandemia da COVID-19, cujo alastramento pelo mundo e pelo Brasil tensiona dramaticamente suas propostas e projetos de ampliação e implementação do ensino não presencial na EPT, denominadas AER - Atividades de Ensino Remotas, exigindo intempestiva celeridade à implementação do uso de tais tecnologias e ressignificando sua demanda, frente ao contexto de isolamento social. Partindo de pesquisa bibliográfica, este estudo ocorreu no período de março a maio de 2020 e traçou breve histórico do uso de ferramentas de EAD no país, introduzindo, neste cenário, a aplicação de um questionário junto aos 120 professores do IFC, de forma a identificar os principais elementos de facilidade e de desafio na adesão às AER pelos mesmos junto aos alunos. A pesquisa produziu importantes informações sobre o cenário no Instituto Federal Catarinense (IFC), mais especificamente no IFC *campus* Camboriú, apontando, pela falta de consenso entre os docentes acerca da efetividade do trabalho desenvolvido durante o período em questão, a existência de um longo e promissor caminho no uso de metodologias EAD naquela Instituição.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica (EPT); Educação a Distância (EaD); Ensino Técnico; Covid-19; Instituto Federal Catarinense (IFC - Camboriú); Atividade de Ensino Remoto (AER).

ABSTRACT:

The use of e-learning as a teaching tool, especially in Technological Professional Education - EPT is one of the teaching models proposed for education in this 21st Century, both as a way of expanding access to education and as a result of technological innovation. and the need for socioeconomic adaptation. In the midst of this process, in 2020, the Instituto Federal Catarinense - IFC faces the pandemic of COVID-19, whose spread across the world and Brazil dramatically tensions its proposals and projects to expand and implement non-classroom teaching at EPT, called AER - Remote Teaching

Activities, demanding untimely speed to implement the use of such technologies and resignifying their demand, in the context of social isolation. Starting from bibliographic research, this study took place from March to May 2020 and traced a brief history of the use of distance learning tools in the country, introducing, in this scenario, the application of a questionnaire with the 120 teachers of IFC, in order to identify the main elements of ease and challenge in adhering to the AER by the students. The research produced important information about the scenario at the Instituto Federal Catarinense (IFC), more specifically at the IFC campus Camboriú, pointing out, due to the lack of consensus among teachers about the effectiveness of the work developed during the period in question, the existence of a long and promising path in the use of distance learning methodologies in that institution.

Keywords: Professional and Technological Education (EFA); e-learning; Technical education; Covid-19; Instituto Federal Catarinense (IFC - Camboriú); Remote Teaching Activity (AER).

1 INTRODUÇÃO

A utilização da Educação a Distância (EaD), como ferramenta de ensino, em especial no Ensino Técnico Profissionalizante (EPT), é um dos pressupostos da educação neste século XXI, como forma de ampliar o acesso à educação, ao ensino, a formação e à capacitação profissional.

Alinhado com tais objetivos, no ano de 2008, o Ministério da Educação (MEC) através da Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais (IFs), cuja finalidade é definida pelo artigo 6º, como a oferta da Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades.

Por consequência, as duas primeiras décadas do século XXI têm sido marcadas pelo estudo e planejamento de implantação e/ou ampliação da modalidade EaD, como uma parte da EPT, chamado de híbrido, ou oferecido totalmente no formato EaD na EPT, como forma de ampliar a oferta de cursos profissionalizantes.

Entretanto, o surgimento da pandemia pelo vírus Covid-19 gerou a necessidade de aceleração dos processos de implementação de projetos de ampliação e ou implementação da EaD na EPT em diferentes instituições públicas e privadas, criando a necessidade de que todo o ensino, antes presencial, agora seja realizado a distância de forma remota na residências dos estudantes. Esse tipo de ensino foi denominado Atividades de Ensino Remotas (AER), pois conceitualmente se diferencia da forma que a EaD se propõe a ensinar.

Partindo deste cenário, este estudo tem por objetivo compreender as ações das AER e EaD que se desenvolveram no período de março a abril de 2020 no IFC, mais

especificamente no IFC - *Campus* Camboriú, considerando o contexto da pandemia da Covid-19 e as necessidades e desafios gerados por esse fator inesperado.

2 UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA: A EDUCAÇÃO, A EPT E A EaD

A escrita deste texto apresentou aos autores o desafio de articular referenciais teóricos da História e da Sociologia com a EPT, com especial atenção para a EPT - Educação Profissional e Tecnológica e a EaD.

Acreditamos que o diálogo iniciado e necessário foi profícuo e positivo, tanto pela boa receptividade demonstrada pelo IFC-*Campus* Camboriú em relação ao tema, quanto pelo caráter peculiar do contexto em questão, que confere a este breve estudo relevância e possibilidade de interesse por parte de instituições de educação em geral.

2.1 ANTECEDENTES

Nosso processo civilizatório tem sido um longo período de desenvolvimento humano, permeado pela construção de hábitos e práticas sociais que permitiram a convivência e a organização dos grupos sociais (Elias, 1993).

Assim, neste longo período de tempo podemos perceber e identificar o desenvolvimento de habilidades manuais, práticas e técnicas que, muitas vezes, colaboraram umas com as outras, permitindo ao homem alcançar o estágio de desenvolvimento social e tecnológico de cada época, e que incidiu nas épocas posteriores.

O pensamento de Elias¹ dialoga com o conceito de "Longa Duração" de Fernand Braudel² (1965), que orienta que os historiadores (e também pesquisadores de outras áreas) a se debruçarem sobre seus objetos de pesquisa com um olhar mais generoso e ampliado, isto é, para além do espaço temporal de análise da proposta de pesquisa, de forma a encontrar (e ou identificar) elementos que, mesmo estando mais distantes no tempo estudado, podem ter contribuído para o tempo presente.

Assim, Braudel nos instiga à necessidade de atentar nosso olhar para além dos limites estabelecidos para a análise da pesquisa e assim, dentro dessa perspectiva, ainda vamos encontrar muitas das técnicas e tecnologias legadas pelas gerações que nos

1 Norbert Elias (1897/1990) foi um sociólogo alemão. De família judaica, teve de fugir da Alemanha nazista, exilando-se em 1933 na França, antes de se estabelecer na Inglaterra, onde passou grande parte de sua carreira.

2 Fernand Braudel (1902/1984) foi Historiador francês, pertencente à Escola dos Annales (3 fase) sendo um de seus maiores expoentes nas décadas de 1950 a 1980. Influenciou a historiografia contemporânea da segunda metade do século XX, exercendo forte influência na escrita da história da França e de outros países.

antecederam e seguem permeando o nosso cotidiano atual, incidindo sobre os objetos de pesquisa e contribuindo de forma indireta para o desenvolvimento atual.

De forma geral, podemos identificar grandes processos de capacitação técnica neste longo processo histórico, conforme segue:

I. Período tribal ou primitivo - de origem primitiva, foi o período de descoberta do uso do fogo, o domínio da agricultura, da domesticação dos animais, passando pela descoberta e domínio das técnicas da siderurgia do ferro e do aço;

II. Período antigo: este período nos legou o pensamento filosófico e a fruição das artes dos gregos de um lado e de outro o desenvolvimento da arte militar dos romanos;

III. Período Medieval - a organização das ordens religiosas e do conhecimento mítico; a criação das guildas e a formação para o trabalho especializado; a descoberta da imprensa, com Gutemberg e as primeiras universidades;

IV. Idade moderna: período de organização da enciclopédica do conhecimento, da razão e da racionalidade do conhecimento científico, da apresentação dos teóricos da política, das grandes descobertas e ampliação do mundo conhecido e iniciação da revolução industrial, decorrente do conhecimento - os instrumentos científicos, a roda a vapor, a eletricidade, os motores entre outros;

Assim, percorrendo estes longos períodos históricos de forma sucinta, alcançamos pelo menos 18 séculos de registros humanos - de conhecimento acumulado e sistematizado, sem contar o longo período pré-histórico ou tribal. Isso gerou um grande acúmulo de conhecimento, então assistimos o século XIX apresentar, de maneira muito significativa e avançada as grandes transformações que marcariam o mundo, modificando irreversivelmente o cotidiano.

De forma resumida, autores como Cervo; Bervian, 2002; Fachion, 2006; Barros; Lehfeld, 2007; nos dizem que:

O ser humano sempre utilizou suas capacidades para conhecer o mundo que o rodeia. Nos primórdios da humanidade, esse processo era mais livre, na base da tentativa / erro. Ao longo dos anos, o homem foi sistematizando suas ações, criando instrumentos e técnicas que lhe permitiram conhecer a natureza das coisas, bem como o comportamento das pessoas.

Desse modo, pode-se observar que as técnicas de ordem prática, os fatos empíricos e as leis formam o elemento de continuidade que permitiu o desenvolvimento histórico.

Parece aqui relevante que se faça uma ressalva sobre a importância deste conhecimento acumulado e sistematizado, que dá o suporte e alavanca novos saberes e

descobertas, acompanhado do método científico, para que a transmissão deste conhecimento possa ser replicada. E esse processo de observar, conhecer, passar e transmitir ao homem foi denominado de ciência.

O Dicionário Caldas Aulete, em sua versão digital, define EDUCAÇÃO como sendo a “ação ou resultado de educar, (...) de desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais do ser humano; disciplinamento, instrução e ensino” (Aulete, 2007, p. 1).

Dessa forma, o indivíduo irá conceber a educação como um processo de percepção, ensino e, ou, transmissão de conhecimentos ou de apreensões, oportunizando novas descobertas e sistematização de novos conhecimentos.

Sobre educação, Brandão (1996) nos traz a seguinte reflexão:

Não há uma forma única nem um modelo de educação, não é somente na escola que ela acontece, o ensino escolar não é exclusivo e nem o professor profissional seu único representante. A educação existe no imaginário das pessoas e na ideologia dos grupos sociais e o que se espera é a transformação de sujeitos e mundos em alguma coisa melhor.

A educação está presente onde não há a escola e por toda parte pode haver transferências de saber de uma geração a outra, onde ainda não foi sequer criado um modelo de ensino formal e centralizado. Na espécie humana a educação não continua apenas o trabalho da vida. Ela se instala dentro de um domínio de trocas de símbolos, intenções, padrões de cultura e de relações de poder.

(...) A educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle do ensinar-e-aprender. O ensino formal se dá no momento em que a educação se sujeita à pedagogia (teoria da educação) e cria situações próprias para seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos e constitui executores especializados.

O educador Paulo Freire (1975) reforça este entendimento quando diz: “ninguém educa ninguém, ninguém se educa. os homens se educam entre si, mediados pelo mundo”. Dito de outra forma, a educação é um processo permanente de apropriação – ou de construção, em linguagem Freiriana - e sistematização de conhecimentos diversos, que somados e apropriados em diferentes ambientes, encontra na escola como o espaço de referência.

2.1.1 NO BRASIL

Contudo, este movimento de registro, guarda e organização de práticas, técnicas e conhecimento ocorrido no velho mundo, no Período Moderno (séculos XV a XVIII), com a criação das primeiras enciclopédias e publicações científicas não foi acompanhado pelo Brasil, em que tais séculos compuseram o Período Colonial, caracterizado pelo uso da mão de obra escrava e exploração da terra através do:

I. cultivo de “plantations” monopolizou as atividades industriais e deixou estagnado a evolução técnica e produção; e II . a produção da indústria no Brasil impediu a diversidade de ofícios, a permanência dos trabalhadores nas outras profissões mecânicas e, ainda, o desenvolvimento do que podemos compreender como uma “cultura” das técnicas. (Wollinger, 2019, p. 7.)

A virada do século XIX e, mais precisamente, a chegada da família imperial portuguesa, em 1808, oportunizaram, ao Brasil a realização de um conjunto de modificações e de melhorias na estrutura colonial, com a criação do Jardim Botânico, da Biblioteca Nacional, do Teatro Nacional, da Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, da Academia Imperial de Belas Artes entre outras instituições e estruturas.

As mudanças ocorridas no Brasil são complementadas por Allain e Wollinger (2019): Durante o Império (1822 a 1889), na esteira das mudanças relatadas anteriormente com a chegada da família Real, novas instituições e projetos de lei que envolvem a Educação Profissional e Técnica se constituíram no Brasil (Allain e Wollinger, 2020, p. 13).

Com referência aos projetos de Ensino Profissional, os autores destacam ainda a criação da Escola Indústria da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1871), as Escolas-oficinas do Imperador na Quinta da Boa Vista (1868) e, em Santa Cruz (1885), a Escola Politécnica (1874) e os Liceus de Artes e Ofícios.

Contudo, no Brasil República (a partir de 1889) a educação profissional continua a receber investimentos e estruturas públicas e privadas, com a criação de escolas técnicas e profissionalizantes em diferentes estados, tais como: I. Em Santa Catarina - as Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios Agrícolas Araquari e Camboriú em Santa Catarina (que foram absorvidas pelo atual IFC); e no II. Rio Grande do Sul (em Porto Alegre) - a Instituto Parobé, o Instituto Eletrotécnico, o Instituto Agrônomo e Meteorológico, a Escola Júlio de Castilhos, todas vinculadas à

Escola de Engenharia³ (1909), e a Escola do Comércio, vinculada a Faculdade do Comércio e Econômica entre outras. Citamos apenas estes exemplos no sul do Brasil, para ilustrar o investimento que também ocorria fora do centro do País.

2.2 A EaD: uma caminhada centenária

A história da EAD no Brasil remonta os primeiros anos de século XX, com a realização de cursos de datilografia por correspondência, utilizando-se de materiais impressos, oferecidos na imprensa. Alves (2011), apud MAIA & MATTAR, 2007; MARCONCIN, 2010; RODRIGUES, 2010; SANTOS, 2010, apresentam, em uma breve linha de tempo, as primeiras iniciativas desta modalidade de ensino:

1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo;

1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Associação Brasileira de Educação a Distância 88 RBAAD – Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro;

1934 – Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio-Escola Municipal no Rio (de Janeiro), projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e

3 A Escola de Engenharia da UFRGS foi idealizada por cinco engenheiros militares: João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva, Juvenal Miller, Lino Carneiro da Fontoura e Gregório de Paiva Meira, todos engenheiros militares e professores da Escola Militar do Rio Grande do Sul, mais o engenheiro civil Álvaro Nunes Pereira. Foram prontamente apoiados pelo presidente da província, Júlio de Castilhos, devoto do positivismo e do lema "saber fazer".^[1] Foi a segunda instituição de ensino superior da cidade, pois já existia a Escola de Farmácia, que deu origem à atual Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia. Ana de Ávila Chagas, baronesa de Candiota, doou o patrimônio inicial necessário para a fundação da escola e a contratação de 50 professores estrangeiros, principalmente alemães.^[2]

A Escola iniciou nos seus primeiros anos, um forte movimento de expansão de cursos técnicos e preparatórios que terá imediato impacto sobre suas atividades.^[3] Em 1900, foi criado um curso preparatório para candidatos à Escola e a outras faculdades, curso que depois deu origem ao Colégio Júlio de Castilhos, oferecendo cursos primário e ginásial, com três e seis anos, respectivamente, e incluía em seu currículo artes manuais e instrução militar.^[3]

Em 1906, era criado o Instituto Técnico Profissional – nomeado inicialmente *Escola Benjamin Constant*, mais tarde *Instituto Parobé*, em 1917, destinado à formação de meninos de famílias pobres com ensino de construções mecânicas, marcenaria e carpintaria, artes gráficas e artes do edifício.^[3]

Em 1908, criava-se o Instituto de Eletrotécnica, em 1922 chamado de *Instituto José Montaury*, que ministrava um curso de engenheiro mecânico-eletricista e um curso técnico de montadores mecânicos-eletricistas.^[3] No mesmo ano foi instalado o *Instituto Astronômico e Meteorológico*, voltado ao estudo do clima e estabeleceria uma vasta rede de estações meteorológicas.^[3]

Recursos públicos em abundância financiaram a construção de instalações e a expansão da Escola.^[3] Uma taxa equivalente a 2% da arrecadação do estado seria criada ainda em 1908, durante o governo Carlos Barbosa.^[3] Já no ano seguinte, a Assembleia Legislativa elevaria essa taxa a 4%, garantindo importantes recursos para a Escola.^[3]

também era utilizada correspondência para contato com estudantes (MAIA & MATTAR, 2007; MARCONCIN, 2010; RODRIGUES, 2010; SANTOS, 2010).

Podemos observar que, logo após a inauguração no Brasil, as ondas de rádio foram incorporadas em projetos de educação. Nos anos de 1930, o MEC também passou a investir na utilização do rádio como instrumento de ampliação do acesso à Educação. Contudo, os cursos de correspondência, ainda nos anos de 1940 a 1960, alcançavam grande contingente de alunos que, através do Instituto Universal Brasileiro e o Instituto Monitor ofereciam encartes em revistas e jornais compondo cursos profissionalizantes de rádio, televisão, de detetive, entre outros.

Figura 01: Publicidade do Instituto Monitor, em página interna de publicação e revistas.



Fonte: Compilação do autor⁴.

Neste processo de desenvolvimento da EaD no Brasil encontramos ainda outros projetos e ações que se utilizaram da tecnologia da época: o Mobral (1970); o Sistema Nacional de Teleducação (1976), a Fundação Padre Landell de Moura (Feplam) em Porto Alegre/RS; e mais recentemente o Telecurso 2000 (Fundação Roberto Marinho e TV Globo), a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Assim, podemos afirmar que a EaD não é um modismo tecnológico, mas, é o resultado da evolução e do desenvolvimento de um longo e amadurecido processo educacional, em que "...não necessariamente os docentes e discentes precisam estar presentes em um mesmo ambiente (PEDROSO, 2006, pág. 45).

⁴ Montagem a partir de imagens coletadas no site: <<https://www.educabrasil.com.br/instituto-monitor/>>. Acesso em: 01 de mai de 2020.

2.3 A REVOLUÇÃO NA EPT

A chegada do século XXI trouxe consigo o desafio da EPT como instrumento de inclusão social, contribuindo para com a inclusão e a diminuição das diferenças sociais, e para com a aproximação com o setor produtivo de forma a promover o desenvolvimento econômico.

Dessa forma, o Ministério da Educação - MEC, através da Secretaria de Educação a Distância (SEED), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica SETEC, promove, ainda nos anos de 1990, um conjunto de mudanças no Ensino Profissionalizante Tecnológico, entre as quais: a desvinculação da EPT do antigo Ensino Médio; a oportunidade de ingresso de alunos que já possuem o Ensino Médio no Ensino Profissionalizante na modalidade denominada Pós-Médio, o oferecimento de cursos profissionalizantes e/ou a ampliação de cursos profissionalizantes na modalidade a distância.

No portal do MEC encontramos a seguinte definição de EaD:

A Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (MEC,2020).

Esta definição está presente no Decreto 5.622, de 2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB).

Este entendimento é complementado por Arruda (2005, pág. 184) quando ele afirma:

A EAD é um tipo de aprendizagem independente e flexível. Independência e flexibilidade se inter-relacionam na autonomia que a EAD confere ao aluno, ao proporcionar-lhe o poder de trabalhar de acordo com sua autonomia, sua disponibilidade de tempo, sua organização e seu ritmo de aprendizagem. Proporciona-lhe ainda o poder de escolher o momento para estudar, o tempo que dispensará aos estudos e o local onde o fará.

Contudo, acreditamos ser necessário que o MEC, através dos sistemas de educação público e privado, estejam preparadas, e ou se preparem para a mudança de paradigmas da EPT, a partir da implementação e ou ampliação da EaD na EPT.

Com o objetivo de suprir a demanda gerada pela EPT, em 2008, o Ministério da Educação deu início ao processo de implementação de Institutos Federais de Educação

em diferentes municípios do território nacional. Em sua concepção, cada unidade de IF possuiria autonomia, tendo a sua organização interna regrada por um conjunto de documentos, tais como o Regimento Interno (RI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), além de estruturas como os colegiados internos e externos de professores, de alunos e o Conselho Escolar, com o envolvimento da comunidade local, dentre outros.

Destacamos aqui, o PDI que é o documento que planeja o crescimento e o desenvolvimento da instituição, num determinado tempo – geralmente 5 anos, contendo seus programas, projetos e ações de nível macro institucional. Neste documento, que é desenvolvido de forma colaborativa, encontramos o planejamento da ampliação e/ou implementação da EAD na EPT do IFC.

O ritmo dessa implementação, entretanto, é afetado, neste ano de 2020, pela pandemia da Covid-19, cujo alastramento pelo país tensiona dramaticamente as propostas e projetos de ampliação e implementação da EaD na EPT em instituições de diferentes âmbitos. O contexto passou a exigir mais celeridade e alternativas para atender a nova demanda, ampliando ou dando novas utilizações às tecnologias da informação e comunicação (TIC), a exemplo do que ocorre na implantação da EaD no IFC, no período de março a abril de 2020.

2.4 O IFC E O ENSINO A DISTÂNCIA: uma proposta de inclusão

A utilização da EaD na educação, como ferramenta de ensino, em especial na EPT, é uma das modalidades de ensino difundidas neste século XXI, seja como forma de ampliar o acesso à educação, ao ensino, à formação e à capacitação profissional.

O IFC - Instituto Federal Catarinense foi formado a partir do agrupamento das antigas escolas agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio e dos colégios agrícolas Araquari e Camboriú, vinculados à UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina).

Segundo o PDI, aprovado em 2018 e com vigência em 2019 a 2023, no capítulo que trata da EaD, encontramos a seguinte afirmação: “Será dada a continuidade de oferta, por meio da modalidade EaD, de cursos de qualificação profissional, como o curso de Recepção para servidores técnico administrativos e Recepção Docente, e curso de pós-graduação lato sensu em Educação Profissional e Tecnológica.”

Para o ano de 2021 é planejada a oferta de um Curso Superior de Tecnologia (área a definir, conforme catálogo nacional de cursos vigente e levantamento junto aos

Polos) e, outros que atendam às demandas identificadas por meio de estudos realizados por cada campus (Polo).

2.4.1 A pandemia da Covid-19 e a necessidade da implantação/universalização da EaD

Com base na Instrução Normativa (IN) nº 19, de 12/03/2020 expedida pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal – SGDP/ME e nas recomendações do Comitê de Crise instituído por meio da Portaria nº 655/2020, as aulas do IFC-Campus Camboriú foram suspensas por tempo indeterminado em decorrência da pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Em 18/03/2020 foi realizada uma consulta aos discentes sobre sua concordância sobre a realização das AER e relacionado a sua capacidade tecnológica. Neste mesmo período foi enviado aos docentes um formulário que teve por objetivo consultá-los sobre a possibilidade da realização de atividades acadêmicas não presenciais por meio digitais.

No dia 19/03/2020 o setor pedagógico compartilhou um documento com instruções pedagógicas aos alunos, caso estivéssemos realizando as atividades remotas. Ainda nesse dia, a reunião com os diretores do departamento de ensino, pesquisa e extensão (DEPE) decide por maioria a realização das AER.

Em reunião do Conselho Superior (Consuper), instância máxima do IFC, endossa a decisão dos DEPEs e define que o IFC realizará AER do dia 17/03 a 16/04 de 2020.

Ainda, no dia 19/03 a resolução CEE/SC Nº 009, de 19 de março de 2020. “Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio da Covid-19.” O Art. 2º versa que o regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 30 (trinta) dias, a partir de 19 de março de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias.

Medida Provisória (MP) Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020 estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. O Art. 2º daquela MP versa que

As instituições de educação superior ficam dispensadas, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho acadêmico, nos termos do disposto no caput e no parágrafo 3º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 1996, para o ano letivo afetado pelas medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 2020, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2020).

A portaria normativa Nº 8/2020 - ASTEC/REIT do IFC dispõe sobre as normas complementares para regulamentação das Atividades de Ensino Remotas nos cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnico de Nível Médio e Superiores ofertados pelo Instituto Federal Catarinense em virtude da Pandemia Covid-19. Um dos principais pontos versa sobre: Parágrafo único. As atividades avaliativas realizadas de forma remota terão peso definido pelo docente e descrito no Plano de Atividades de Ensino Remotas (PAER), não sendo obrigatória a realização de atividades avaliativas presenciais. (ASTEC/REIT, 2020).

A portaria Nº 376, DE 3 DE ABRIL DE 2020 do MEC dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo Covid-19, em que no seu principal artigo apresenta:

§ 4º A carga horária correspondente às atividades curriculares substituídas, conforme previsto no *caput*, poderá ser considerada em cumprimento da carga horária total, estabelecida no plano de curso que foi aprovado pelo respectivo órgão competente. (MEC, 2020).

A portaria Nº 395, DE 15 DE ABRIL DE 2020, do MEC no Art. 1º prorroga, por mais trinta dias, o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.

No dia 16/03/2020 através de reunião do CONSUPER, o conselho entendeu ser necessária a suspensão de forma temporária, até o dia 15/05, o Calendário Acadêmico de 2020, após avaliação meticulosa do período de atividades remotas de ensino instituído no dia 26/03 com intuito de mitigar os impactos negativos da pandemia do novo Covid-19 sobre o processo de ensino/aprendizagem.

Ainda, o CONSUPER entendeu que os 30 dias de suspensão definidos seriam utilizados para revisão, planejamento, desenvolvimento de estratégias de acesso pleno e retomada do trabalho remoto – tarefas que foram desempenhadas por um Grupo de Trabalho (GT) criado exclusivamente para este fim.

A partir desta decisão, como encaminhamento, o CONSUPER deliberou pela criação de dois grupos de trabalho. O primeiro grupo de trabalho, ou simplesmente GT, trataria sobre as diretrizes de relacionais com a comunidade acadêmica e sua origem estaria na Comissão de Desenvolvimento Institucional do CONSUPER. O segundo GT trabalharia com as atividades de ensino remotas desenvolvidas no período compreendido entre março e abril.

No dia 06/05/2020, como ação de qualificação dos servidores mediante a necessidade de oferecer AER e também com o intuito de qualificar mediadores para EaD, pensando na implementação da EaD no IFC proposto no PDI 2019-2023 é lançado o Edital 019/2020 que oferta 1200 vagas para o Treinamento Regularmente Instituído: Tecnologias de Informação e Comunicação no Contexto Educacional

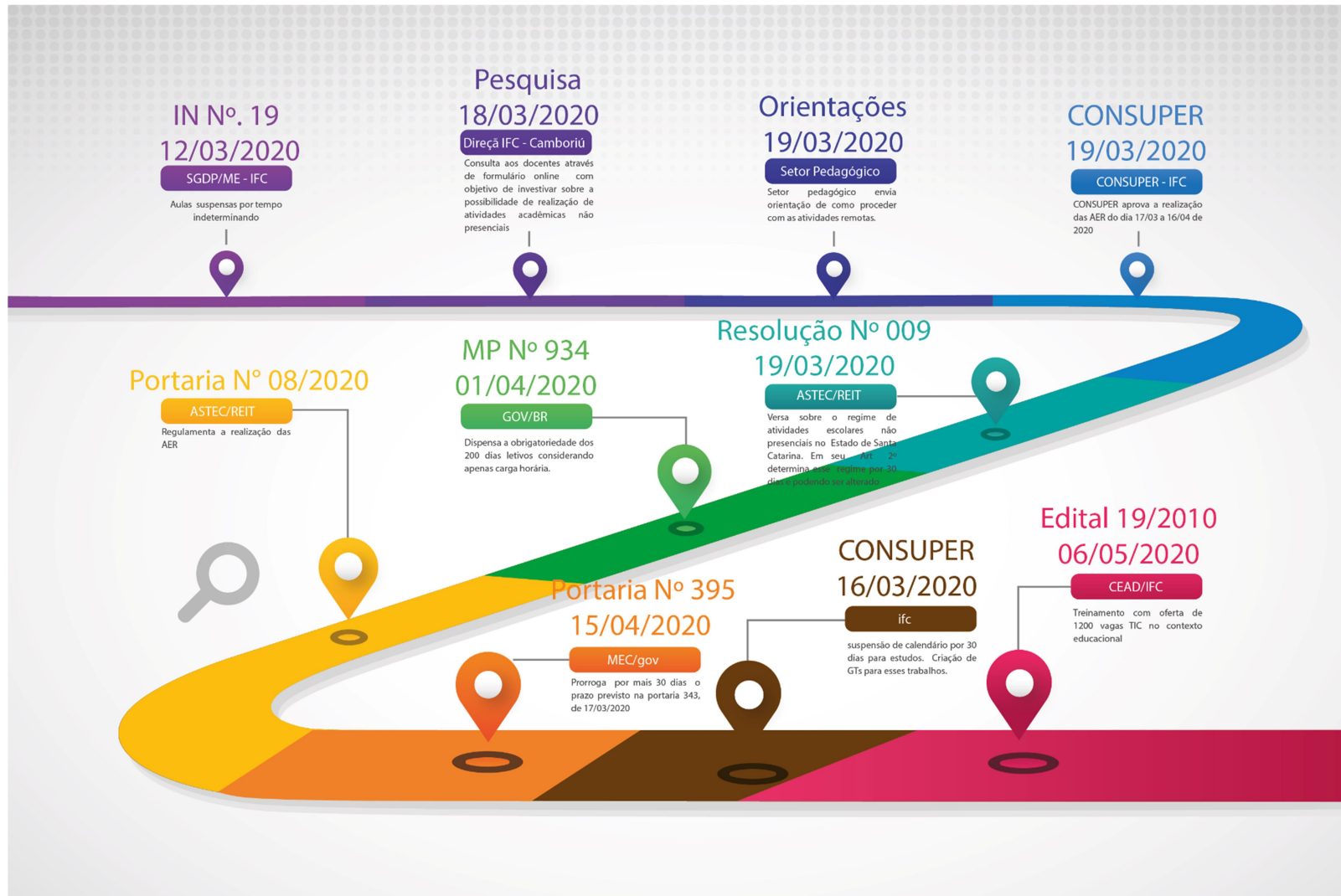
Como forma de melhorar a visualização das ações realizadas nesse período que de alguma forma influenciaram na realização das AER frente a pandemia da Covid-19, desenvolvemos uma linha do tempo com as principais iniciativas, como podemos observar

na

Figura

02.

Figura 02: Linha do Tempo das iniciativas referentes as AER diante da pandemia da CONVID-19



Fonte: Os autores

2.5 O DESAFIO

Neste contexto, o professor deve estar preparado para assumir o compromisso de mudança de paradigma da educação vigente, em que o prazo anteriormente definido para a execução das tarefas propostas passem a ter um novo desafio, isto é, as novas tecnologias proporcionam também novos modelos de ensino, com os alunos assumindo o protagonismo e a colaboração.

Como exemplo, podem ser citados os fóruns de discussão em que o tempo de resposta é o tempo do aluno, permeados ainda pela colaboração e interatividades dos colegas. Dessa forma, uma resposta, com certeza, poderá sofrer uma mudança a partir da interação com as demais manifestações e respostas.

O perfil do docente da educação profissional precisa dar conta de três níveis de complexidade: I) desenvolver capacidades de usar, nível mais elementar relacionado à aplicação dos conhecimentos e emprego de habilidades instrumentais; II) desenvolver capacidades de produzir, que requer o uso de conhecimentos e habilidades necessários à concepção e execução de objetivos para os quais as soluções tecnológicas existente devem ser adaptadas; e III) desenvolver capacidades de inovar, nível mais elevado de complexidade relacionado às exigências do processo de geração de novos conhecimentos e novas soluções tecnológicas. (MACHADO, 2008, p.18)

Dessa forma, acredita-se ser necessário que a implementação do ensino a distância no EPT, conforme proposta do MEC, seja acompanhado de um longo processo de reflexão sobre a própria EaD - sua prática, aspectos positivos e benefícios sociais, bem como que seja ancorado em um amplo programa de capacitação metodológica e tecnológica.

Levando em consideração esses aspectos, uma questão se coloca: as professoras e os professores do IFC estavam preparados para o imprevisto da universalização da EaD na EPT, por ocasião da pandemia da Covid-19 (março/abril de 2020)?

3 METODOLOGIA

O século XXI evidencia a complexidade da prática docente, uma vez que sobre ela incidem as tecnologias informacionais, as permanentes mudanças tecnológicas, a necessidade permanente de formação dos docentes, o perfil do público alvo e a forma de interação entre estes atores envolvidos – o corpo docente e estudantes. A complexidade é potencializada quando o ambiente de ensino envolve o ensino a distância na EPT.

Dessa forma, conhecer as práticas docentes dos professores que ministram atividades na modalidade EaD ou tiveram que realizar AER do IFC - *Campus* Camboriú, é o objeto deste trabalho.

O trabalho de pesquisa foi dividido em três fases distintas conforme ilustrado pela Figura 03.

Figura 03. Fases de desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Os autores

Na primeira fase, foi realizada a revisão da literatura, a fim de apurar os princípios teóricos de sustentação deste trabalho: a EPT, a EaD e as AER e sua relação com a docência no contexto da pandemia da Covid-19.

Já na segunda fase, a fase de coleta de dados, realizou-se através da aplicação de um questionário, definido como sendo: "O questionário é um instrumento composto por um conjunto ordenado de perguntas a respeito das variáveis que se quer conhecer" (SILVA, 2011).

O autor orienta que a opção pelo uso deste instrumento:

É recomendável que a aplicação de um questionário seja precedida de um pré-teste, com um grupo de colaboradores, com vistas a descobrir possíveis falhas na elaboração das perguntas e/ou questões como a falta de clareza e objetividade. Outro cuidado importante é a definição do tipo de cada questão (aberta/fechada) (SILVA, 2011. p. 14).

Assim, o questionário a ser aplicado foi composto de 28 questões, com respostas fechadas. Este instrumento tem o intuito de conhecer as práticas docentes nas AER apoiada pelos conceitos de EaD do/as professor/as do IFC - *Campus* Camboriú, no período da pandemia da Covid-19, no Brasil, mais precisamente nos meses de março e abril de 2020.

O questionário está dividido em duas partes: I. caracterização e perfil do público alvo, e II. questões que permitam conhecer as práticas e dificuldades dos docentes do IFC-*Campus* Camboriú neste momento de universalização da EaD do EPT.

Para facilitar a participação do maior número de professores, o questionário foi elaborado de forma digital no Google Docs, o que facilita o recebimento, o fechamento e a tabulação das respostas recebidas. Posteriormente a elaboração das questões na ferramenta escolhida foi enviado o questionário por e-mail, utilizando do e-mail institucional, já que um dos pesquisadores é docente no referido *campus* de pesquisa, buscando o maior número de respostas possíveis. O *campus* conta hoje com 120 docentes, o qual se revela nosso universo de pesquisa. A pesquisa ficou ativa por 15 dias e 02 e-mails foram enviados solicitando a colaboração na referida pesquisa. O período foi de 25/05/2020 a 10/06/2020.

A análise dos dados possui uma natureza quantitativa que, "caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas" (RICHARDSON, 1999, pág. 70).

O público alvo da pesquisa são o/as 120 professor/as do IFC-*Campus* Camboriú que desempenham suas atividades docentes e se utilizaram das AER apoiadas pela EaD neste período de pandemia da COVID-19.

E por último, a terceira fase compreendeu na análise dos dados levantados, buscando compreender as relações docentes diante das ações das AER apoiadas na EaD que se desenvolveram, no período de março a abril de 2020 no IFC, mais especificamente no IFC - *Campus* Camboriú.

A pesquisa possui um nível exploratório da temática, do tipo aplicada, isto é, "motivado pela necessidade de resolver problema concreto, mais imediato, isto é, possui uma finalidade prática" (GIL, 1999; CERVO; BERVIAN, 2002; VERGARA, 2005).

No que tange a técnica, a pesquisa realizou um estudo bibliográfico (e documental) sobre as temáticas EPT, AER e EaD, seguida da complementação de leitura e análise dos documentos oficiais - o PDI e o Plano de Implantação da EaD no Instituto Federal Catarinense (IFC), Portarias Normativas do IFC e decretos do Governo Federal que registram e apresentam o planejamento para as AER e a implantação da EaD na EPT, no quinquênio 2019 a 2023.

4 ANÁLISE DOS DADOS

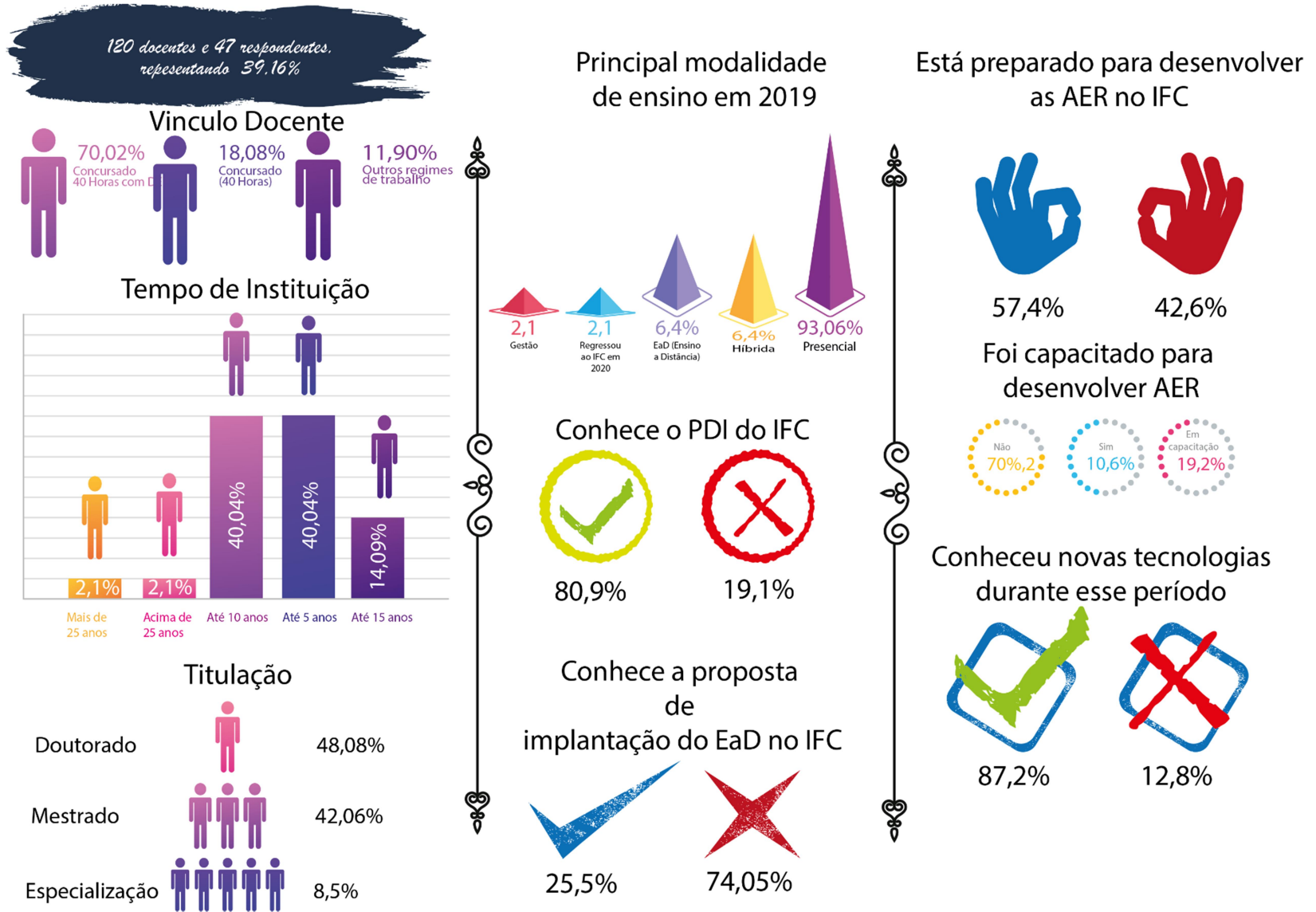
O público alvo da pesquisa foi 120 (cento e vinte) professores docentes IFC – *Campus* Camboriú, sendo que o formulário eletrônico foi respondido por 47 (quarenta e sete) respondentes, o que representa 39,16% respondentes.

No que tange a caracterização do público alvo podemos observar, na Figura 03, que a grande maioria dos docentes, 70,02% são professores efetivos e com Dedicção Exclusiva (DE). A instituição é composta na grande maioria, 80,08%, de um grupo de docentes com no máximo 10 anos de instituição. É um grupo bem qualificado, em que apenas 8,5% possui especialização *latu sensu* como titulação máxima, os outros possuem ou mestrado, ou doutorado.

A maioria dos docentes, 93,06% possui o ensino presencial como modalidade principal de ensino. Quando questionados sobre o conhecimento em relação ao PDI da instituição, 80,9% afirmam possuir conhecimento, porém 74,05% dizem desconhecer a proposta de implantação da EaD no IFC, o que é um indicativo de que, apesar de conhecerem o PDI da instituição, não possuem o total conhecimento, já que é nele que encontra-se o plano de expansão da EaD no IFC.

Apesar de 57,4 % afirmar estarem aptos a desenvolver as AER e 70,2% afirmar não terem sido capacitados para o seu desenvolvimento, 87,2 % afirmaram terem conhecido novas tecnologias digitais nesse período, sendo um indicativo de que, apesar das dificuldades, os docentes estão buscando dentro de suas possibilidades qualificar-se para ensinar da melhor forma possível dentro do modelo das AER.

Figura 04: Caracterização do público alvo



Fonte: Os autores

Entendemos que a formação, a qualificação, bem como o permanente acompanhamento e desenvolvimento de habilidades para as novas tecnologias devam estar no horizonte dos docentes e das instituições da EPT, conforme preconiza Perrenoud (2000): “(...) nenhuma competência permanece adquirida por simples inércia. Deve-se, no mínimo, ser conservada por seu exercício regular.”

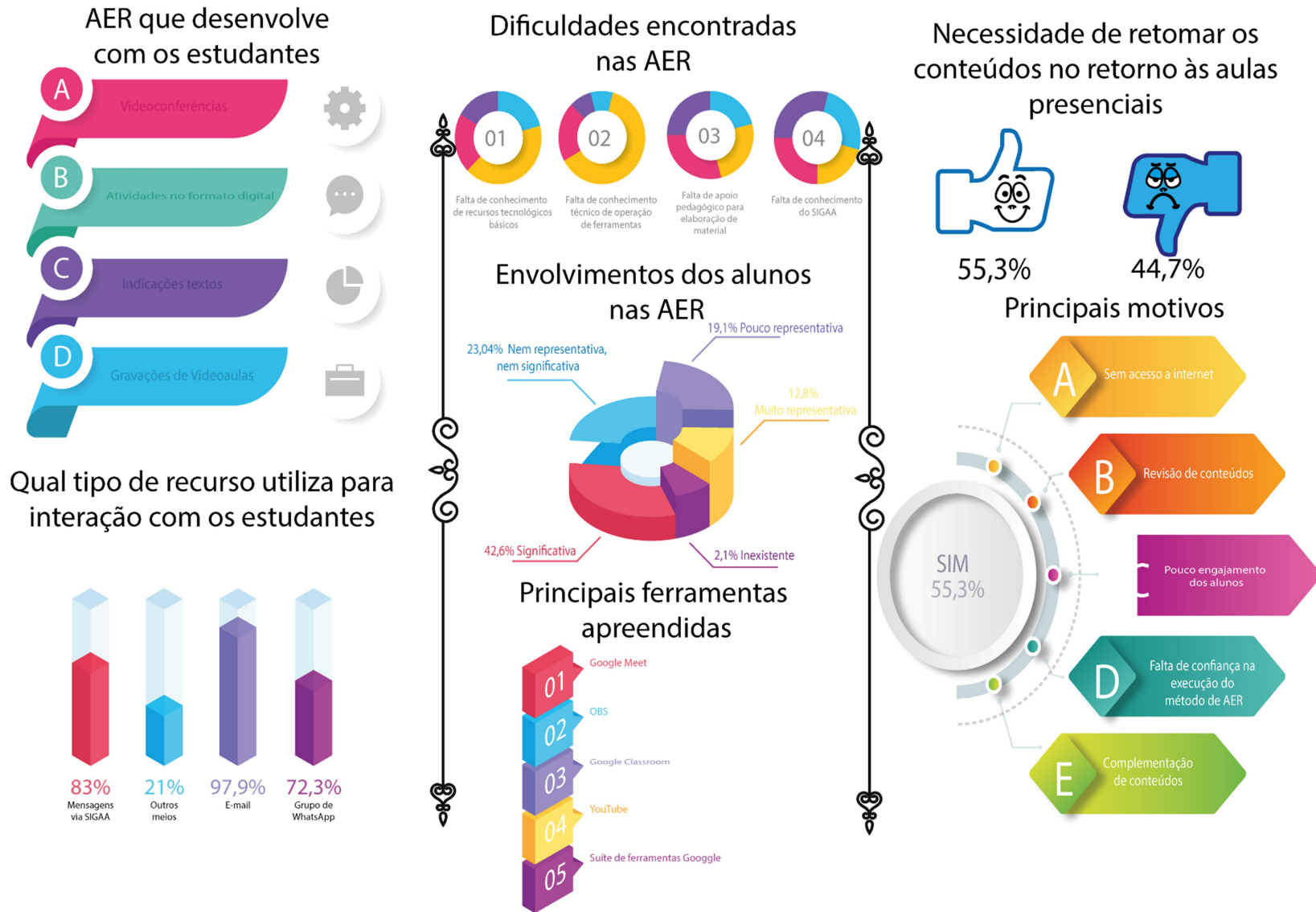
Assim, as habilidades dos professores, no que tange ao domínio das TICs e outras, as respostas nos apresentam as seguintes configurações como podemos observar na Figura 04. Podemos verificar também a diversidade de recursos tecnológicos utilizados e os esforços dos docentes na tentativa de chegar o mais próximo dos estudantes, buscando mitigar as defasagens que as AER podem vir a causar.

O principal tipo de recurso na busca do contato com os alunos é o e-mail, seguido pela mensagem via sistema acadêmico, no caso o SIGAA e por fim grupos de WhatsApp. Podemos perceber que as ferramentas mais utilizadas são as ferramentas de domínio comum, ferramentas que nos utilizamos no dia a dia. Possivelmente os docentes optaram por essas ferramentas devido a insegurança de utilização de novas tecnologias, muito pela falta de conhecimento básico, como podemos também observar na Figura 04.

No entanto, podemos perceber que os docentes acreditam que a aprendizagem está sendo significativa para a maioria dos estudantes que possuem acesso e ou optaram por desenvolver as AER. Diante deste entendimento por parte dos docentes, podemos verificar na questão que tratamos sobre as principais ferramentas apreendidas pelos professores que eles estão buscando a qualificação, trazendo o que acreditam ser novas possibilidades de prover um melhor ensino-aprendizagem diante do cenário adverso já apresentado.

Por fim, a pesquisa buscou verificar o entendimento dos professores diante da necessidade de retomar os conteúdos desenvolvidos via AER durante a pandemia da Covid-19. Obtivemos que 21 docentes, representando 44,7% entendem que não será necessária a retomada aos conteúdos desenvolvidos por AER durante a pandemia da Covid-19, já, 55,3% dos docentes, ou seja, 26 professores entendem que o retorno aos conteúdos será necessário. As principais preocupações são a falta de acesso, ou acesso inadequado pelos estudantes, para revisão dos conteúdos, pouco engajamento dos alunos, falta de confiança por parte dos docentes na execução do método das AER e por fim, para complementação de aprendizagens.

Figura 05: Percepção dos Docentes em relação as TIC e as AER



Fonte: Os autores

A pesquisa também apresentou um panorama da atuação docente do IFC-Campus Camboriú diante das ações governamentais em relação as AER e em relação à pandemia da Covid-19. A pesquisa gerou dados que nos permitiram analisar os desafios e as oportunidades diante deste cenário em se tratando do ensino-aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se o caráter exploratório da pesquisa, que buscava identificar os desafios e potencialidades das AER desenvolvidas durante a pandemia da Covid-19 no IFC – *Campus* Camboriú. Para isso realizamos uma pesquisa com 120 docentes e obtivemos o retorno de 47 deles.

A realização deste estudo mostrou que, apesar de já existirem avanços, o IFC e seus professores têm um longo caminho a ser percorrido na superação de seus desafios para que a instituição conquiste excelência na realização das AER, mantendo-se na vanguarda das ações do ensino-aprendizagem durante a pandemia do Covid-19.

Apesar de os professores apontarem falhas por parte da instituição - no intuito de qualificá-los, eles vêm estudando e procurando conhecer tecnologias digitais que possam aproximá-los dos estudantes, permitindo que consigam desenvolver habilidades e mitigando os malefícios causados pela Covid-19 no processo de ensino-aprendizagem.

Os professores respondentes demonstram de forma evidente a preocupação com o fato de que uma parcela dos estudantes não está conseguindo realizar as AER nesse momento, e que esses estudantes obtenham as mesmas condições de aprendizagem dos que estão realizando as AER, assim que as aulas retornarem de forma presencial.

Contudo, é necessário que tanto a instituição como os docentes continuem firmes no seu propósito, buscando alternativas que possam minimizar os efeitos desastrosos causados pela pandemia no EPT. Além disso, sugerimos que, após passado o período de quarentena, o IFC desenvolva ações que visem qualificar a instituição como um todo para que esteja, em nível institucional, profissional e humano melhor preparada para agir, em caso de ocorrência de evento similar.

Por fim, mas não menos importante, acreditamos que a pesquisa tenha reunido um importante conjunto de dados e informações que podem contribuir para que o IFC – *Campus* Camboriú possa desenvolver ações que visem a melhoria dos resultados apresentados nas Figura 04 e Figura 05, acompanhadas de novas pesquisas, que

possibilitem a comparação dos dados obtidos. Diante da similaridade entre o IFC-*Campus* Camboriú e os demais *campi*, acreditamos que pesquisa similar possam a ser realizadas em outros *campi*, porém, sugere-se a ampliação e customização da pesquisa para os demais espaços da instituição.

6 REFERÊNCIA

ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo. História da Educação Profissional no Brasil. Design educacional de Rafael Araújo Saldanha e Revisão textual de Denise Correia. 3°. Edição revisada ampliada. Florianópolis (SC): IFSC, 2019

ALVES, Lucineia. Educação á Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. In: Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. ABED: v. 10. 2011.

ARRUDA, Eucídio Pimenta; GONÇALVES, I. A. Educação a Distância: uma inovação do saber pedagógico? Paidéia: Belo Horizonte, V. 2, n. 3, 2005.

AULETE, Caldas. Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital Ltda, 2007. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o>>. Acessado em: 26 de maio de 2020.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. (Coleção Primeiros Passos, 20) São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), regulamenta o art. 80 da Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/portarias/dec5.622.pdf>>. Acessado em: 30 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm> . Acessado em: 30 de abril de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm. Acessado em: 29 de abril de 2020

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 934, DE 1º DE ABRIL DE 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141349>. Acessado em: 15 de abril de 2020.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências. Tradução de Ana Maria de Almeida Camargo. In: Revista de História. abril-junho, n. 62. Vol. XXX. Ano XVI. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP), 1965.

Cronologia da EAD - Quadro Cronológico da EAD no Brasil. In: Cátedra UNESCO UFC - Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <vdl.ufc.br>. Acessado em: 06 de maio de 2020.

Escola de Engenharia (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS). Disponível em: < <http://www.ufrgs.br/engenharia/wp/> >. Acessado em: 30 de abril de 2020. Acessado em: 08 de junho de 2020.

ELIAS, Norbert. O processo Civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, V. I.

ELIAS, Norbert. O processo Civilizador: Formação do Estado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, V. II.

Linha de Tempo da EAD no Brasil. In: Blog Educação a Distância no Brasil. Cátedra UNESCO / UFC. Disponível em: < <http://npeadbrasil.blogspot.com/2014/06/linha-do-tempo-da-ead-no-brasil.html>>. Acessado em: 30 de abril de 2020.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – MEC. INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 19, de 12/03/2020 expedida pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal – SGDP/ME. Disponível em: < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-19-de-12-de-marco-de-2020-247802008>>. Acessado em: 05/06/2020.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – MEC. PORTARIA Nº 343, de 17 de março de 2020, Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: < <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acessado em: 05/06/2020.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – MEC. PORTARIA Nº 395, DE 15 DE ABRIL DE 2020, *Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.* Acessível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=393041>>. Acessado em: 05/06/2020.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO – MEC. Secretaria de Educação a Distância. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas/educacao-superior-a-distancia> >. Acessado em: 12 de abril de 2020.

MIRANDA, Fábio N. TONINI, Adriana M. Estratégias de Ensino-aprendizagem nos Cursos Técnicos do CEFET-MG na modalidade a distância. In: V Seminário Internacional de Educação a Distância (2 a 4 de setembro de 2013) Belo Horizonte (MG): Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

PEDROSO, Gelta M. J. Fatores críticos de sucesso na implementação de programas EAD via Internet nas universidades comunitárias. 2006. 147 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - UFSC, Florianópolis, 2006.

PERRENOUD, Phillippe. A prática reflexiva do do ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Porto Alegre: Artemed Editora, 2002.

PORTARIA NORMATIVA Nº 8/2020 - ASTEC/REIT (11.01.18.00.13), Dispõe sobre as normas complementares para regulamentação das Atividades de Ensino Remotas nos cursos de Qualificação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Técnico de Nível Médio e Superiores ofertados pelo Instituto Federal Catarinense em virtude da Pandemia

COVID-19. Disponível em: < <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2020/05/Portaria-Normativa-n%C2%B0-08.2020-AERs.pdf>>. Acessado em 05/06/2020.

PORTARIA Nº 376, DE 3 DE ABRIL DE 2020, Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=66&data=06/04/2020>>. Acessado em: 05/06/2020.

PORTARIA nº 655/2020, de 12/03/2020, Institui o Comitê de Crise. Disponível em:< <http://portarias.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/10/2020/03/Portarias-mar%C3%A7o-de-2020.pdf>>. Acessado em: 01/06/2020.

Rede e-Tec BRASIL. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>>. Acessado em: 30 de abril de 2020.

SANTA CATARINA – CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (CEE-SC) - **RESOLUÇÃO CEE/SC Nº 009,**

de 19 de março de 2020. “Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19). Disponível em:< [http://www.cee.sc.gov.br/index.php/acordo-de-cooperacao/1808-resolucao-009-1/file#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CEE%2FSC%20N%C2%BA%20009,Coronav%C3%ADrus%20\(COVID%2D19\)](http://www.cee.sc.gov.br/index.php/acordo-de-cooperacao/1808-resolucao-009-1/file#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20CEE%2FSC%20N%C2%BA%20009,Coronav%C3%ADrus%20(COVID%2D19)>)>. Acessado em: 15/05/2020.

SILVA, Eli Lopes da. Manual de elaboração de trabalhos acadêmicos: graduação e pós-graduação. Florianópolis: Senai/DR. 2.ed. 2011. 43 p.

WOLLINGER, Paulo Roberto. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica. Tese de Doutorado em Educação / Orientador: Maria Helena da Silva Carneiro. Brasília (DF): Universidade de Brasília, 2016.

ANEXO

Anexo I - Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI / IFC – Camboriú⁵

⁵ Disponível em: < <http://pdi.ifc.edu.br/> > Acessado em: 30 de abril de 2020.

APÊNDICE

Apêndice I – Formulário Eletrônico da Pesquisa⁶

APÊNDICE A - Instrumento de coleta de dados
Pesquisa com docentes do IFC (e seus campi).
Questionário online realizado com os docentes.
Formulário da pesquisa

⁶ Disponível em: < https://1drv.ms/b/s!An6hglC_kUkBgYgYdq0HVcCtUccMQQ?e=fGaaTW>. Acessado em 27 de junho de 2020